

A farsa da hidrelétrica e o teatro do absurdo em Roraima

No último dia 7 de outubro em Boa Vista, houve a apresentação de uma peça de teatro "sui generis" onde autores, atores e platéia foram estrategicamente selecionados e posicionados. O tema da peça versava sobre uma pretensa audiência pública para exposição "em caráter informativo", do Estudo de Impactos Ambientais (EIA) e do Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) do projeto da hidrelétrica de Cotingo. Estes dois documentos são partes fundamentais de qualquer processo de licenciamento ambiental (permitindo o início da obra) e, versam basicamente sobre a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental do empreendimento.

No palco do teatro, instalado no respeitado Fórum Sobral Pinto, posicionavam-se os atores que detinham interesses convergentes dentro do tema principal da peça que era credibilizar o projeto perante a comunidade de Roraima. A disposição física dos atores e seus papéis era mais ou menos a seguinte: 1) ao centro, o imponente mediador, esforçando-se para dar credibilidade ao seu papel para que a peça transcorresse ao "gran finale" desejado da companhia teatral; 2) ladeando o mediador, o órgão estadual licenciador (SEMAJUS) que aparentava calma para esconder o nervosismo de iniciante e 3) à esquerda do palco, o órgão empreendedor (CER) juntamente com o órgão consultor (INTERTECHNE). Este último, responsável pela elaboração do EIA/RIMA (objeto da peça), aparentava tranquilidade pois, seus componentes tinham a certeza de que as vaias desta vez não viriam - estavam calejados

das fracas apresentações anteriores e montaram um esquema seguro para escapar do assédio negativo da platéia. Para alegrar o ambiente foi designada inclusive a banda local que, infelizmente, não pode comparecer. Além disto, jovens alheias ao motivo do espetáculo desfiliavam alegremente pelos corredores distribuindo sorrisos ingênuos. Na platéia era possível reconhecer sinais de espanto e curiosidade ao verificar como o cenário fora montado. Esta, esperava atônita e impaciente que o espetáculo desse início. Dentre alguns membros da platéia estavam as comunidades indígenas (Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingaricó) que habitam historicamente a região pretendida pelo governo de Roraima para a construção da hidrelétrica. Outros grupos se faziam presente em menor número como garimpeiros, ambientalistas, religiosos, políticos, de direitos humanos, leigos, "estafetas do poder", ministério público federal e outros segmentos da sociedade. Após uma hora e meia do previsto, o espetáculo começou com apertos de mão, tapinhas no ombro e sorrisos matreiros entre os membros da companhia.

Este espetáculo possuía uma característica: poderia ajudar na tomada de decisão que o órgão licenciador tem que fazer ao final da peça, levando sempre em consideração o bem-estar social, econômico e ambiental para a população de Roraima. Neste sentido, foi indicado que a platéia poderia participar com falas formando um "show interativo".

Iniciando o espetáculo e, após uma exaustiva, fraca e tendenciosa exposição audio-vi-

sual por parte dos atores principais (órgãos empreendedor e consultor), a platéia que se propôs a questionar alguns dados duvidosos do EIA/RIMA, ouviu em uma má interpretação textual do ator-mediador, que a forma de sua participação estava limitada a breves colocações sem direito a réplicas. Isto colocava a platéia em uma posição no mínimo constrangedora e, similar ao papel do "bobo da corte", que era obrigado a rir de toda e qualquer bobagem que seu rei falava. Além disto, desconsiderava por completo a Resolução 001/86 (artigo 11, parágrafo 2) do Conselho Nacional do Meio Ambiente que afirma que a audiência pública terá caráter não só informativo sobre o projeto mas, também de "... discussão do RIMA". Como a platéia estava ainda meio que extasiada com o cenário montado, não se deu conta da estratégia arquitetada pelos atores da peça, para poder dirigir a seu modo a parte final da peça. Mesmo admitindo que o "show" não possuía caráter deliberativo, esta era uma chance para maiores observações conclusivas sobre a credibilidade das informações contidas no EIA/RIMA, suporte para a decisão de construir ou não Cotingo e, sob que condições.

Na continuidade do espetáculo, o que se viu em um primeiro momento foi uma série de depoimentos dignamente emocionados da platéia indígena, preocupada com as seqüências sociais que o estabelecimento do empreendimento em suas terras tradicionais traria a seu povo. Neste contexto, os órgãos consultor e empreendedor, entre olhares de cumpli-

cidade, procuravam fazer ver às comunidades que nada seria realizado sem o consentimento das lideranças indígenas e, do Congresso Nacional, órgão máximo de nosso poder legislativo pelo qual devem passar questões indígenas deste tipo. Entretanto, isto não explica a forma pela qual estas comunidades não seriam afetadas pela entrada de milhares de trabalhadores estranhos à sua cultura, devido ao grande porte da obra. Além disto, também não explicaram como seriam beneficiadas estas comunidades com o ~~plano~~ advento da hidrelétrica em suas terras. Nem mesmo um simples plano indenizatório ou de pagamento de "royalties", ou mesmo a extensão da rede de energia para suas malocas foi previsto no EIA/RIMA, embora estes fossem contemplados para governos municipais e estadual. No outro lado da platéia, algumas poucas pessoas estavam preocupadas/fazendo crer, a um público menos acostumado a este tipo de "show", que o empreendimento da hidrelétrica seria a mais fantástica obra amazônica devido a seus baixo custo e impacto no ambiente em relação à sua energia instalada/gerada. Antes de qualquer consideração acerca destas informações, é importante esclarecer que o discurso fácil de que preocupações econômico-ambientais possuem caráter radical contra o desenvolvimento de Roraima não cabem mais. O que se busca com os questionamentos é entender como foi possível ao órgão consultor chegar a tão fantasiosas conclusões por meio de uma pobre base de dados e, de parâmetros econômicos no mínimo confusos, apresentados no próprio

EIA/RIMA.

As questões encaminhadas pela platéia sobre estes temas tão incômodos simplesmente não foram respondidas. O questionador era colocado propositalmente em situação desfavorável e de uma forma agressiva pelos atores principais e o ator-mediador. Esta estratégia mesquinha é característica de quem não tem argumentos convincentes contra perguntas simples. Por exemplo, não foi explicado como é possível uma obra (hidrelétrica-68 MW) ser a mais economicamente viável se, quando comparado seu custo total e por kilowatt instalado com uma segunda alternativa (termogeração-102 MW) ela é, respectivamente, 2 e 3 vezes mais cara. Também não foi possível explicar como o órgão consultor chegou a tão mirabolantes conclusões sobre o ambiente da região e os impactos que a obra traria, com uma pobreza de dados só comparada a alunos de 1º grau tentando fazer revisão de literatura para a aula de ciências. Diversas outras questões poderiam ser levantadas porém, não foi possível fazê-las devido ao autoritarismo que a encenação impunha. Com isso, o espetáculo entrou na fase irracional, não sendo possível para a platéia e nem ao órgão licenciador observar com clareza os limites para a tomada de decisão. Nessa altura do espetáculo, os atores não mais se esforçavam para parecerem convincentes e, com olhares e acenos, pediam para

descer o pano.

Antes do final da encenação da peça, um dos atores principais (o mais canastrão da peça) decidiu elevar a platéia a um nível de possível interventor na obra, a qualquer momento que desejar caso houvesse detecção de irregularidades. Infelizmente não foi permitido lembrar ao ator que este mesmo tipo de argumento foi levado à comunidade amazonense quando da construção da hidrelétrica de Balbina. Entretanto, esta obra custou mais de US\$ 1 bilhão aos cofres públicos e provocou danos catastróficos ao ambiente para gerar menos da metade da capacidade energética prevista. Não adiantaram os apelos da comunidade científica alertando durante anos sob seus perigos e concluindo que a obra não serviria aos propósitos sociais, econômicos e ambientais. O "lobby" político foi tremendamente mais poderoso. O que a platéia da peça encenada e a comunidade de Roraima esperam, é que o órgão licenciador cumpra seu isento papel questionador das informações contidas no EIA/RIMA sobre a hidrelétrica de Cotingo e, pressione os órgãos empreendedor e consultor para esclarecer questões no mínimo curiosas contidas nos relatórios. Ambiente sadio, culturas respeitadas e planejamento adequado nos gastos do dinheiro público, são as metas que devem ser atingidas para o desenvolvimento econômico do estado aliado à geração de energia.

REINALDO IMBROZIO BARBOSA
Pesquisador do INPA

CELSO MORATO DE CARVALHO
Pesquisador do INPA